



Financiamento de Campanha Eleitoral

Bibliografia Seleccionada

2ª edição – Revista e ampliada

Brasília – 2013



Bibliografia Seleccionada

Financiamento de Campanha Eleitoral

2ª edição

Revista e ampliada

Brasília
2013

© 2013 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação
Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
70070-600 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3030-9225

Unidade responsável

Secretaria de Gestão da Informação
Daniela Péon Tamanini

Seção de Biblioteca

Geraldo Campetti Sobrinho

Pesquisa bibliográfica

Lígia Cavalcante Ponte
Diana de Carvalho Lucas de Araújo Palhano

Revisão bibliográfica

Sabrina Ruas Lopes, Telia Maria Silva

Editoração e revisão editorial

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip/SGI)

Editoração

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Revisão editorial

Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev/Cedip/SGI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação. Seção de Biblioteca.

Bibliografia selecionada: financiamento de campanha eleitoral / Tribunal Superior Eleitoral. --
2. ed. rev. e ampl. -- Brasília: Secretaria de Gestão da Informação, Coordenadoria de Editoração
e Publicações, 2013.

35 p. 28 cm.

1. Direito eleitoral – Bibliografia – Brasil. 2. Campanha eleitoral – Financiamento – Bibliografia –
Brasil. I. Título.

CDD 341.28
CDU 342.8

Tribunal Superior Eleitoral

Presidente

Ministra Cármen Lúcia

Vice-Presidente

Ministro Marco Aurélio

Ministros

Ministro Dias Toffoli

Ministra Laurita Vaz

Ministro Henrique Neves

Ministra Luciana Lóssio

Secretário-Geral da Presidência

Carlos Henrique Perpétuo Braga

SUMÁRIO

► 1. Introdução	6
► 2. Conceitos e definições	7
2.1. Campanha eleitoral	7
2.2. Financiamento de campanha eleitoral	7
2.3. Fundo Partidário	7
► 3. Bibliografia	8
3.1. Livros	8
3.2. Publicações periódicas	16
3.3. DVDs e CDs	24
3.4. Teses e dissertações	25
3.5. Legislação e jurisprudência	28
► 4. Sítios especializados na Internet	29
► 5. Especialistas	32
► 6. Congressos, seminários e cursos	33
► 7. <i>Blogs</i>	34

► 1. Introdução

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referência em informação eleitoral, mantém em sua Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud um acervo relevante e atualizado em material bibliográfico e recurso informacional eletrônico.

Com a intenção de melhor divulgar o seu acervo e assim contribuir na disseminação de informações, o TSE apresenta, para especialistas da área e interessados em pesquisa, a segunda edição revisada, atualizada e ampliada do tema Financiamento de Campanha Eleitoral, da série *Bibliografia selecionada*.

A nova edição oferece alguns conceitos sobre o assunto e apresenta relevante bibliografia, contemplando livros, artigos de revistas, teses e dissertações, vídeos, sítios da Internet, nomes de especialistas na área, bibliotecas e centros de informação importantes.

Na pesquisa, buscaram-se os termos: campanha eleitoral, financiamento de campanha eleitoral, financiamento público, financiamento privado, financiamento misto e Fundo Partidário.

A biblioteca do TSE gerencia e integra a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), da qual são partícipes, também, os tribunais regionais eleitorais.

Colocamo-nos à disposição para o acolhimento de sugestões – pelos telefones 3030-9300/9301; pessoalmente, no balcão de atendimento; ou pelo *e-mail*: biblioteca.dsi@tse.jus.br –, bem como para o acesso ao material disponibilizado em nossa rede.

Seção de Biblioteca

► 2. Conceitos e definições

2.1. Campanha eleitoral

Gomes (2011, p. 277) informa que se compreende por campanha eleitoral:

“[...] o complexo de atos e procedimentos técnicos empregados por candidato e agremiação política com vistas a obter o voto dos eleitores e lograr êxito na disputa de cargo público-eletivo.”

Pierre (2008, p. 76) conceitua campanha eleitoral da seguinte forma:

“É a propaganda política dos candidatos a cargos executivos ou legislativos, em época de eleição, de acordo com as normas estipuladas por lei”.

Siqueira (2004, p. 101) a define como:

“Projeto cujo objetivo é legitimar, através do voto, um candidato que representa um partido ou coligação de partidos”.

2.2. Financiamento de campanha eleitoral

Gomes (2011, p. 278) conceitua financiamento de campanha eleitoral da seguinte forma:

“Trata-se dos recursos materiais empregados pelos candidatos com vistas à captação de votos dos eleitores.”

E continua:

“À luz de sua origem, pode o financiamento ser público, privado ou misto.”

A Lei nº 9.504/1997, em seu art. 17, determina que:

“As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos, ou de seus candidatos, e financiadas na forma desta lei.”

Oliveira Lula (2008, p. 521) adverte:

“O financiamento das campanhas eleitorais precisa ser urgentemente repensado, a fim de diminuir os gastos de campanha por um lado e de outro, impedir que os recursos públicos paguem, ainda que de forma ilícita, como hoje ocorre, o altíssimo preço das campanhas eleitorais.”

2.3. Fundo Partidário

Gomes (2011, p. 280) esclarece que:

“[...] importa destacar a relevante contribuição suportada pelo Erário, proveniente do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) [...]”.

Farhat (1996, p. 426) explica que Fundo Partidário é constituído:

“Pelas multas e penalidades aplicadas os termos do Código Eleitoral e legislação eleitoral posterior; por recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual; por doações de pessoas físicas; e pelas dotações orçamentárias da União”.

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, em seu art. 20, determina que:

“O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha, usando recursos repassa-

dos pelo comitê, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, na forma estabelecida nesta lei”.

3. Bibliografia

3.1. Livros

1. AGRA, Walber de Moura. Financiamento de campanha e prestação de contas. In: _____. **Temas polêmicos do Direito Eleitoral**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 75-92.
2. AGRA, Walber de Moura. **Temas polêmicos do Direito Eleitoral**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 196 p.
3. AL H. Congreso Nacional. **Elecciones generales 2002**. La Paz: [s.n.], 2002. 212 p.
4. ARAÚJO, Sergei Medeiros. O financiamento público nas eleições brasileiras. In: RAMOS, André de Carvalho (Coord.). **Temas de Direito Eleitoral no século XXI**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012. p. 315-354.
5. AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. 1. reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 271 p.
6. AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE. Regulating Campaign Finance. Beverly Hills: Sage Publications, 1986. (The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 486).
7. BACELAR, Vinícius Cerqueira. **O financiamento de campanha eleitoral**. Texto em PDF. Disponível em: <<http://bit.ly/152f7N6>>. Acesso em: 5 set. 2013.
8. BAKER, Paula. Campaign law and finance to 1900. In: KAZIN, Michael; EDWARDS, Rebecca; ROTHMAN, Adam. **The concise Princeton encyclopedia of American political history**. Princeton: Princeton University, 2011. p. 59-60.
9. BAKER, Paula. Campaign law and finance since 1900. In: KAZIN, Michael; EDWARDS, Rebecca; ROTHMAN, Adam. **The concise Princeton encyclopedia of American political history**. Princeton: Princeton University, 2011. p. 60-63.
10. BALLOUK FILHO, Benedito Marques; KUNTZ, Ronald A. O financiamento público das campanhas: quem garante que o financiamento público das eleições será justamente repartido entre todos os candidatos? In: _____. **Corrupção política: a luta social pelo resgate da dignidade no exercício do poder**. São Paulo: Madras, 2008. p. 151-158.
11. BARREIROS NETO, Jaime. **Direito Eleitoral**. 3. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2013. 430 p.
12. BEALEY, Frank. Financiación política. In: _____. **Diccionario de Ciência Política**. Traducción de Raquel Vázquez Ramil. Tres Cantos, Madrid: Istmo, 2003. p. 177.
13. BLANCO VALDÉS, Roberlo L. Financiamento partidário e corrupção. In: _____. **Conexões políticas e eleitorais**. Tradução Margarida Maria Furlong. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 219 p.
14. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Financiamento de campanha eleitoral: bibliografia, legislação, jurisprudência temática**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Coordenadoria de Biblioteca, 2013. 65 p.

15. BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (MT). **Instruções para administração de campanha e prestação de contas**: eleições municipais 2012. Cuiabá, MT: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, 2012. 34 p.
16. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2006**: instruções do TSE. 4. ed. atual. em dezembro de 2006. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Documentação e Informação, 2006. 388 p.
17. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Comissão de sistematização**: estudos das subcomissões de partidos políticos, sistemas eleitorais, propaganda eleitoral e financiamento de campanha, Código Eleitoral e lei complementar sobre a organização da Justiça Eleitoral. Brasília: [s.n.], 1995.
18. BUGALHO, Gustavo Russignoli. Financiamento de campanha e prestação de contas. In: _____. **Direito Eleitoral**. Leme: JH Mizuno, 2008. p. 139-233.
19. CAETANO, Flávio Croce. A arrecadação e despesas na campanha eleitoral. In: _____. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 83-88.
20. CAGGIANO, Monica Herman S. (Org.). **Comportamento eleitoral**. São Paulo: CEPES, 2010. p. 443-460.
21. CAGGIANO, Monica Herman S. (Coord.). **Direito Eleitoral em debate**: estudos em homenagem a Cláudio Lembo. São Paulo: Saraiva, 2013. cap. 3, p. 123-140.
22. CAMPOS, Hélio Sílvio Ourém; PONTES, Gustavo. Política, sonegação e financiamento de campanhas. In: COÊLHO, Marcus Vinícius Furtado; AGRA, Walber de Moura. (Coord.). **Direito Eleitoral e democracia**: desafios e perspectivas. Brasília: Conselho Federal da OAB: Tribunal Superior Eleitoral, 2010. p. 139-147.
23. CAMPOS, Paloma Biblino; RINCÓN, Luis Esteban Delgado del (Ed.). **La resolución de los conflictos electorales**: un análisis comparado. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010. 285 p.
24. CANTOR, Joseph E. Campaign finance: an overview. In: KALLEN, Thomas P. (Ed.). **Campaign finance**: background, regulation and reform. New York: Nova Science, 2009. p. 107-130.
25. CARNEIRO, Renato César. **Eleições 2006**: as novas regras do jogo: anotações à Lei nº 11.300 de acordo com jurisprudências e instruções normativas do TSE. João Pessoa: Universitária, 2006. 84 p.
26. CARRILLO, Manuel et al. (Coord.). Dinero y contienda político-electoral: reto de la democracia. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. 501 p.
27. CASSEB, Paulo Adib. Vantagens e desvantagens do financiamento público de campanhas eleitorais. In: CAGGIANO, Mônica Herman S. (Coord.). **Direito Eleitoral em debate**: estudos em homenagem a Cláudio Lembo. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 167-187.
28. CASTRO, Dayse Starling Lima (Coord.). **Direito público**: constitucional, eleitoral, processo e jurisdição constitucionais, administrativo, previdenciário, tributário. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Educação Continuada, 2009. 725 p.
29. CASTRO, João Antônio Lima. **Direito processual**: estudos jurídicos aplicados. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Educação Continuada, 2010. 944 p.

30. CÓRDOVA, Soltero. **Topes de campaña y propaganda velada (2011)**. México: Tribunal Electoral de Poder Judiciário de la Federación, 2011. 119 p. Acompanha 1 CD-ROM (4 3/4 pol.).
31. CORRADO, Anthony. An overview of campaign finance law. In: HERRNSON, Paul S. et al. (Ed.). **Guide to political campaigns in America**. Washington, D.C.: CQ Press, 2005. p. 84-104.
32. DELIBERADOR, Giuliano Savioli; KOMATA, Nicanor Barry. O financiamento das campanhas eleitorais municipais em 2008. In: CAGGIANO, Monica Herman S. **Comportamento eleitoral**. São Paulo: Cepes, 2010. cap. 3, p. 91-117.
33. EQUADOR. Tribunal Supremo Electoral. **Informe del Tribunal Supremo Electoral al Congreso Nacional**. Quito: Tribunal Supremo Electoral, 2001. cap. 15, p. 320-331.
34. FARHAT, Said. Financiamento de campanhas eleitorais. In: _____. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1996. p. 425-434.
35. FERRAZ, Júnior. Fundo Partidário. In: _____. **Poder Judiciário e competição política no Brasil: uma análise das decisões do TSE e do STF sobre as regras eleitorais**. 233 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 147-158.
36. FIERRO, Carlos Navarro. **Regímenes de financiamiento y fiscalización y garantías de equidad en la contienda electoral: estudio comparado de 19 países de América Latina**. México: Instituto Federal Electoral, 2006. 135 p.
37. FIGUEIREDO FILHO, Dolson Brito; MELO, Natália Maria Leitão de. Financiamento de campanha em perspectiva comparada: uma análise exploratória. In: CONCURSO DE MONOGRAFIAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1., 2012, Brasília, DF. Organização: Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE).
38. FLEISCHER, David. Análise política das perspectivas da reforma política no Brasil. In: FLEISCHER, David et al. **Reforma política: agora vai?**. Tradução Marcelo Moura. Rio de Janeiro: Fundação K. Adenauer, 2005. p. 21-24.
39. FLEISCHER, David. **Las consecuencias políticas del sistema electoral brasileiro: partidos políticos, poder legislativo y gobernabilidad**. San José, Costa Rica: [s.n.], 1995. 228 p.
40. FLEISCHER, David; REIS, Márlon Jacinto (Coord.). **Reforma política, instituições eleitorais e capital social**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. 44 p.
41. FRANCISCO, Caramuru Afonso. **Dos abusos nas eleições: a tutela jurídica da legitimidade e normalidade do processo eleitoral**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 234 p.
42. GARRET, R. Sam. Campaign finance: legislative developments and policy issues in the 110th Congress. In: KALLEN, Thomas P. (Ed.). **Campaign finance: background, regulation and reform**. New York: Nova Science, 2009. p. 151-170.
43. GARRET, R. Sam. Public financing of presidential campaigns: overview and analysis. In: KALLEN, Thomas P. (Ed.). **Campaign finance: background, regulation and reform**. New York: Nova Science, 2009. p. 1-50.
44. GOMES, José Jairo. Campanha, financiamento e prestação de contas eleitorais. In: _____. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 289-317.

45. GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. cap. 14, p. 278-300.
46. GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Direito Eleitoral**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. cap. 13, p. 155-165.
47. GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Financiamento e gastos de campanhas. In: _____. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2010. cap. 6, p. 90-97.
48. GRANT, Thomas D. (Ed.). **Lobbying, government relations and campaign finance worldwide navigating the laws, regulations and practices of national regimes**. New York: Oceanas, 2005. 654 p.
49. HETHERINGTON, Marc J. Campaigns and campaign finance. In: _____. **Parties, politics, and public policy in America**. 11th ed. Washington, D.C.: CQ Press, 2010. p. 109-152.
50. HÉLIO, Sílvio Ourém Campos. Política, sonegação e financiamento de campanhas. In: CÔELHO, Marcus Vinícius Furtado (Coord). **Direito Eleitoral e democracia: desafios e perspectivas**. Brasília: Conselho Federal da OAB; TSE, Escola Judiciária Eleitoral (EJE), 2010. p. 139-148.
51. INSTITUTO ETHOS, TRANSPARENCY INTERNACIONAL. **A responsabilidade social das empresas no processo eleitoral**. São Paulo: Instituto Ethos, 2008. 43 p.
52. KANAAN, Alice. Financiamento público, privado e misto frente à reforma política eleitoral que propõe o financiamento público exclusivo. In: RAMOS, André de Carvalho (Coord.). **Temas de Direito Eleitoral no século XXI**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012. p. 271-313.
53. KNEIPP, Bruno Burgarelli Albergaria. A propaganda e o financiamento público de campanha. A “verticalização” no modelo brasileiro. In: _____. **A pluralidade de partidos políticos comentários sobre a última resolução do TSE**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. p. 79-89.
54. KUNTZ, Ronald A. A arrecadação de fundos eleitorais. In: _____. **Marketing político: manual de campanha eleitoral**. 9. ed. São Paulo: Global, 2006. p. 125-130.
55. KUNTZ, Ronald A. **Técnicas para arrecadação de fundos em campanhas eleitorais**. São Paulo: Global, 1989. 88 p.
56. LARHANT, Morgan. **Le financement des campagnes electorales europeenes**. Paris: L’Harmattan, 2004. 171 p.
57. LECLERCQ, Claude. **Droit constitutionnel et institutions politiques**. 10. ed. Paris: Litec, 1999. 657 p.
58. LEMENHE, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). **Política, cultura e processos eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. 277 p.
59. LIMA, Carlos Roberto. **Representação e perspectivas: de reforma política no Brasil**. [São Paulo]: All Print, 2010. 143 p. 125-128.
60. LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto. **A democracia da atualidade e seus limites: o financiamento público de campanhas eleitorais**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/1a0Wyti>>. Acesso em: 2 set. 2013.

61. LIMA, Sídia Maria Porto. **Prestação de contas e financiamento de campanhas eleitorais**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009. 239 p.
62. LORENCINI, Bruno César. Aspectos jurídicos do financiamento eleitoral no Brasil. In: CAGGIANO, Monica Herman S. (Coord.). **Direito Eleitoral em debate: estudos em homenagem a Cláudio Lembo**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 123-140.
63. LULA, Carlos Eduardo de Oliveira. Financiamento das campanhas eleitorais e prestação de contas. In: _____. **Direito Eleitoral: comentários às Leis 9.504/97, nº 9.096/95 e à Lei Complementar nº 64/90**. Leme (SP): Imperium, 2010. p. 579-609.
64. MACHADO, Marcelo Passamani. O financiamento de campanhas eleitorais: perspectivas para uma reforma política. In: LEMBO, Cláudio (Coord.). **O voto nas Américas**. Barueri, SP: Manole, 2008. p. 183-218.
65. MACHADO, Sérgio. Campanha eleitoral – Financiamento. In: _____. **Reforma político-partidária: relatório final da comissão temporária interna encarregada de estudar a reforma político-partidária**. Relator Sérgio Machado. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 107-109.
66. MAINWARING, Scott P. Partidos fracos e políticos autônomos: a organização dos partidos catch-all. Rio de Janeiro: Mercado Aberto: FGV, 2001. In: _____. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**, 2001. p. 179-221.
67. MAGLEBY, David B. Campaign finance: adapting to a changing regulatory environment. In: MEDVIC, Stephen K. (Ed.). **New directions in campaign and elections**. New York: Routledge, 2011. p. 18-38.
68. MALIGNER, Bernard. **Droit électoral**. Paris: Ellipses, 2007. p. 453-591.
69. MATTOS, José João Appel; MENDES, Bruno; RIOS, Davi de Oliveira. **Partidas dobradas: eleições 2012: contabilidade necessária**. Texto integral (PDF). Disponível em: <<http://www.oab.org.br/Livro/Partidas-2012/partidas-dobradas-2012.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2013.
70. MATTOS, José João Appel; MENDES, Bruno; Rios, Davi de Oliveira. **Eleições 2010: partidas dobradas: contabilidade necessária**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2010. 217 p. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/uparq/partidas.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2013.
71. MEDVIC, Stephen K. (Ed.). **New directions in campaigns and elections**. New York: Routledge, 2011. 311 p. cap. 2, p. 18-38.
72. MENDES, Maria de Fátima Abrantes; MIGUÉIS, Jorge Manuel Ferreira. Finanças eleitorais. In: _____. **Lei Eleitoral do presidente da República**. 3. ed. atual. anot. e coment. Lisboa: Soartes, 2005. p. 99-100.
73. MENDES, Maria de Fátima Abrantes; MIGUÉIS, Jorge Manuel Ferreira. Financiamento das campanhas eleitorais. In: _____. **Lei eleitoral da Assembleia da República**. 4. reed. actual. anot. e coment. Lisboa: Almondina, 2005. p. 269-272.
74. MENDES, Maria de Fátima Abrantes; MIGUÉIS, Jorge Manuel Ferreira. Financiamento das campanhas eleitorais. In: _____. **Lei eleitoral da Assembleia Legislativa da região autónoma dos Açores**. 3. ed. actual. anot. e coment. Lisboa: Almondina, 2004. p. 270-283.
75. MENDES, Maria de Fátima Abrantes; MIGUÉIS, Jorge Manuel Ferreira. Financiamento das campanhas eleitorais. In: _____. **Lei eleitoral da Assembleia Legislativa**

da região autónoma Madeira. 4. reed. actual. anot. e coment. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2004. p. 262-275.

76. MENDES, Maria de Fátima Abrantes. MIGUÉIS, Jorge Manuel Ferreira. Financiamento das campanhas eleitorais. In: _____. **Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais**. Lisboa: Almondina, 2005. p. 301-305.

77. MÉXICO. Tribunal Electoral del Distrito Federal. **Congreso Nacional de Tribunales Electorales**: memória. DF: Tribunal Electoral del Distrito Federal, 2002. 537 p.

78. MEZZARROBA, Orides. **Partidos políticos**: princípios e garantias constitucionais: Lei 9.096/95: anotações jurisprudenciais. Curitiba: Juruá, 2005. p. 59-67.

79. MUÑOZ, Óscar Sánchez. Cuestiones relativas a la financiación de los gastos electorales ya al desarrollo de la campaña en los medios de comunicación. In: CALLEJÓN, Francisco Balaguer et al. **El informe del Consejo de Estado sobre la reforma electoral**: texto del informe y debates académicos. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p. 624-637.

80. NJAIM, Humberto. Financiamento público de campañas electorales y de partidos políticos. In: ROMERO, Aníbal; CORNIELLES, Amado; MAGALLANES, Manuel Vicente. **Sistema político venezolano, clubes franceses y tendencias electorales**. Caracas: [s.n.], 1989. p. 147-177.

81. NUNAN, Geraldo Wilson. **Controle dos gastos eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 1955. 32 p.

82. OBSERVING the 1999 Mozambique elections: final report. Atlanta, USA: The Carter Center, 2000. p. 18-19.

83. OLIVEIRA, Marco Aurélio Bellizze. Campanha eleitoral: financiamento. In: _____. **Abuso de poder nas eleições**: a inefetividade da ação de investigação judicial eleitoral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 33-35.

84. PEDONE, Luiz (Org.). **Sistemas eleitorais e processos políticos comparados**: a promessa de democracia na América Latina e Caribe. Brasília: OEA, CNPq, UnB, 1993. 424 p.

85. PELLEGRINI, Ornella. Funciones de los partidos políticos y necesidad de su financiamiento. In: ROMERO, Aníbal; CORNIELLES, Amado; MAGALLANES, Manuel Vicente. **Sistema político venezolano, clubes franceses y tendencias electorales**. Caracas: [s.n.], 1989. p. 107-146.

86. PENTEADO, Ricardo (Org.). Arrecadação e da aplicação de recursos. In: _____. **Manual das eleições**: Lei n. 9.504/97, Lei Complementar 64/90, Lei nº 9.096/95, Resoluções 21.608, 21.610, 21.575, 21.711, 21.576, 21.609 e 21.635 do TSE (atual. até 25 de junho de 2004). São Paulo: Malheiros, 2004. p. 183-199.

87. PENTEADO, Ricardo (Org.). Da arrecadação e da aplicação de recursos nas campanhas eleitorais. In: _____. **Manual das eleições**: Lei nº 9.504/97, Lei Complementar 64/90, Lei nº 9.096/95, Resoluções 21.608, 21.610, 21.575, 21.711, 21.576, 21.609 e 21.635 do TSE (atual. até 25 de junho de 2004). São Paulo: Malheiros, 2004. p. 24-29.

88. PEREIRA, Gabrielle Tatith Pereira. Financiamento de campanhas eleitorais: reflexões e alternativas possíveis para a reforma política. In: _____. MENEGUIN, Fernando B. (Org.). **Agenda legislativa para o desenvolvimento nacional**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 596 p.

89. PINTO, Djalma. Os gastos em campanha eleitoral. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000. In: _____. **Direito Eleitoral**: anotações e temas polêmicos. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 179-189.
90. POMINI, Anderson. Financiamento de campanha eleitoral. In: _____. **Direito Eleitoral**: teoria e prática: Eleições 2010 e 2012. São Paulo: Exterior Ed., 2010. p. 66-80.
91. PORTUGAL, Adriana Cuoco. Financiamento público de campanhas eleitorais: efeitos sobre bem-estar social e representação partidária no Legislativo. In: Prêmio Tesouro Nacional, 7., 2002, Brasília, DF. **Finanças...**: coletânea de monografias. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2002.
92. PORTUGAL, Adriana Cuoco; BUGARIN, Maurício. Financiamento público e privado de campanhas eleitorais: efeitos sobre bem-estar social e representação partidária no Legislativo. Brasília: ESAF, 2002. 49 p. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/VIIIPremio/financas/3tefpVIIPTN/portugal.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.
93. RABAT, Márcio Nuno. **O financiamento de campanhas eleitorais no Brasil e a proposta de financiamento público exclusivo**. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/12Js2Ve>>. Acesso em: 2 set. 2013.
94. REYES GONZÁLEZ, Guillermo Francisco. **Tratado de derecho electoral**: el nuevo orden político y electoral en colombia. Bogotá: Konrad-Adenauer, 2005. p. 303-361.
95. RIAL, Juan. O dinheiro e as organizações políticas: regulações e realidade na América Latina. In: FLEISCHER, David et al. **Reforma política**: agora vai?. Tradução Marcelo Moura. Rio de Janeiro: Fundação K. Adenauer, 2005. p. 95-121.
96. RIBEIRO, Renato Janine. Financiamento de campanha (público versus privado). In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. 1. reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 77-81.
97. ROLL, David. **¿Democracias prepago?**: el control de la financiación de la política, un reto para Colombia y Latinoamérica. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010, 297 p.
98. CASSEB, Paulo Adib. Financiamento público da campanha. In: ROLLO, Alberto (Org.). **Reforma política**: uma visão prática. São Paulo: Iglu, 2007. cap. 2, p. 55-70.
99. ROMANEL, Sandra Regina. **Financiamento público de campanha eleitoral**: é a melhor saída para combater o abuso do poder econômico nas disputas eleitorais?. Curitiba: ABDCONST, 2006. 71 p.
100. SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone, 2011. p. 161-188.
101. SALGADO, Eneida Desiree. O controle do financiamento das campanhas eleitorais e o abuso do poder econômico. In: _____. **Princípios constitucionais eleitorais**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 209-215.
102. SAMUELS, David. Financiamento de campanha e eleições no Brasil: o que podemos aprender com o “caixa um” e propostas de reforma. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Org.). **Reforma política e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 364-391.
103. SANSEVERINO, Francisco Assis Vieira. Financiamento de campanha eleitoral: entre o público e o privado. In: RAMOS, André de Carvalho (Coord.). **Temas de Direito**

Eleitoral no século XXI. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012. p. 251-270.

104. SANTANA, Jair Eduardo; GUIMARÃES, Fábio Luís. **Direito Eleitoral:** para compreender a dinâmica do poder político. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. cap. 20, p. 153-161.

105. SANTANA, Jair Eduardo. Financiamento das campanhas eleitorais e prestação de contas. Belo Horizonte: Inédita, 2000. In: _____. **Direito Eleitoral resumido.** Belo Horizonte: Inédita, 2000. p. 161-167.

106. SANTOS, Antonio Augusto Mayer dos. Financiamento público de campanhas eleitorais. In: _____. **Reforma política:** inércia e controvérsias. Porto Alegre: AGE, 2009. p. 80-87.

107. SCHLICKMANN, Denise Goulart. **Financiamento de campanhas eleitorais:** com a íntegra das normas aplicáveis às eleições no Brasil. 6. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2012. 583 p.

108. SCHLICKMANN, Denise Goulart. **Financiamento de campanhas eleitorais.** 5. ed. Curitiba: Juruá, 2010. 535 p.

109. SCHLICKMANN, Denise Goulart. **Financiamento de campanhas eleitorais:** um estudo comparativo das normas jurídicas que regulamentaram a arrecadação, a aplicação de recursos e a prestação de contas à Justiça Eleitoral das eleições de 1994 às eleições de 2006, no Brasil. 3. ed. rev. e atual. com a íntegra das normas aplicáveis às eleições de 2006. 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2008. 303 p.

110. SILVA, Dimas Mendes da. Origem das receitas. In: _____. **Ser ou não ser analfabeto político:** a escolha é sua! São Paulo: Alprinteditora, 2011. p. 72-87.

111. SILVA, Fernando Neves. Financiamento de campanha eleitoral e corrupção eleitoral. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 8., 2003, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003.

112. SIQUEIRA, Carlos Aquiles. Planejamento básico de campanha eleitoral. In: _____. **Manual prático de campanha eleitoral.** Rio de Janeiro: Gramma, 2004, p. 101-120.

113. SOBIERAJSKI, Denise Goulart Schlickmann. **Financiamento de campanhas eleitorais.** 4. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009. 430 p.

114. SOBIERAJSKI, Denise Goulart Schlickmann. **Financiamento de campanhas eleitorais:** um estudo comparativo das normas jurídicas que regulamentaram a arrecadação, a aplicação de recursos e a prestação de contas à Justiça Eleitoral das eleições de 1994 às eleições de 2006 no Brasil. Curitiba: Juruá, 2006, 303 p.

115. SOBIERAJSKI, Denise Goulart Schlickmann. **Financiamento de campanhas eleitorais:** um estudo comparativo das normas jurídicas que regulamentaram a arrecadação, a aplicação de recursos e a prestação de contas à Justiça Eleitoral das eleições de 1994 às eleições de 2004 no Brasil. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. 279 p.

116. SOLDEVILLA, Fernando Tuesta. **Partidos políticos y elecciones en el Peru:** (1978-1993). San José, C.R.: IDH/Capel, 1994. 124 p.

117. SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento de campanhas eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). 1. reimpr. **Reforma política no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 153-158.

118. SPECK, Bruno Wilhelm. A regulação do financiamento político no Brasil. In: FLEISCHER, David et al. **Reforma política: agora vai?**. Tradução Marcelo Moura. Rio de Janeiro: Fundação K. Adenauer, 2005. p. 123-159.
119. TOFFOLI, José Antonio Dias. Que tipo de representação: voto simples, distrital ou misto? In: Costa, Marcio A. Mendes (Org.). **Direito e democracia: debates sobre reforma política e eleições**. Rio de Janeiro: Tribunal Eleitoral do Rio de Janeiro, 2008, p. 59-65.
120. TULLIO, Alejandro. **Las elecciones nacionales en la Argentina: Código Electoral Nacional: Ley Orgánica de los partidos políticos: Ley de financiamento de los partidos políticos: estudio introductorio sobre aspectos jurídico-instrumentales de la cuestión electoral**. Buenos Aires: Prometeo, 2008. 234 p.
121. VALDÉS ESCOFFERY, Eduardo. **La experiencia panameña en materia de financiamiento político**. Cancún, México: Tribunal Electoral de Panama, Departamento de Imprenta, 1998. 17 p.
122. VELLOSO, Carlos Mario da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral**. 3. ed. atual. com a Lei da Ficha Limpa e as mais recentes resoluções do TSE. São Paulo: Saraiva, 2012. cap. 13, p. 307-321.
123. VELLOSO, Carlos Mario da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. cap. 13, p. 303-319.
124. VELLOSO, Carlos Mario da Silva; AGRA, Walber de Moura. Financiamento de campanha e prestação de contas. In: _____. **Elementos de Direito Eleitoral**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 307-330.
125. WHITAKER, L. Paige; GARRET, R. Sam. Campaign finance: regulating political communications on the Internet. In: KALLEN, Thomas P. (Ed.). **Campaign finance: background, regulation and reform**. New York: Nova Science, 2009. p. 179-186.
126. WHITAKER, L. Paige. Campaign finance law and the constitutionality of the "Millionaire's Amendment": an analysis of Davis v. Federal Election Commission. In: KALLEN, Thomas P. (Ed.). **Campaign finance: background, regulation and reform**. New York: Nova Science, 2009. p. 171-178.

3.2. Publicações periódicas

127. AGRA, Walber de Moura. Financiamento de campanha e prestação de contas. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 9-24, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/SAoVK0>>. Acesso em: 13 set. 2013.
128. ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de. Financiamento de campanhas eleitorais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 41, n. 161, p. 59-66, jan./mar. 2004.
129. ARCANCIBIA, Milton Juica. Sistema electoral chileno: Ley n° 19.884, transparencia, límite y control del gasto electoral. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 52, p. 27-38, maio/jun. 2004.
130. BACELAR, Vinícius Cerqueira. O financiamento de campanha eleitoral. **Revista Eletrônica Curso de Direito UNIFACS**, Salvador, n. 128, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu>>. Acesso em: 4 set. 2013.

131. BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.
132. CAETANO, Luís Mário Leal Salvador. Sobre o financiamento público das campanhas eleitorais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 88, maio 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9530&revista_caderno=28>. Acesso em: 30 ago. 2013.
133. CAGGIANO, Mônica Herman S. Corrupção e financiamento de campanhas eleitorais. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 43, p. 25-44, jan./mar. 2012.
134. CAIADO, Ronaldo. Com o atual sistema não há salvação. **Plenarium**, Brasília, DF, v. 4, n. 4, p. 24-28, maio 2007.
135. CALDERÓN UMANZOR, Yoletth Emelina. Ejercicio y límites de los derechos políticos en la legislación hondureña. **Revista IIDH**, São José, Costa Rica, n. 42, p. 301-326, jul./dez. 2005.
136. CAMANDUCAIA, Nara de Souza Lopes e. Multas eleitorais x Fundo Partidário: ficção ou realidade. **Revista de Doutrina e Jurisprudência**, Brasília, DF, n. 15, p. 9-41, set. 2006.
137. CAMARGO, Guilherme Pessoa Franco de. O financiamento público exclusivo de campanha: uma chance de liberdade. *Resenha Eleitoral: revista eletrônica do TRE/SC*, Florianópolis, n. 3, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/13WVbY1>>. Acesso em: 23 ago. 2013.
138. CAMPOS, Hélio Sílvio Ourém. Financiamento público de campanhas eleitorais. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 25-45, maio/ago. 2012.
139. CARDOSO, Alexandre. Reforma política: prioridade da democracia. **Plenarium**, Brasília, DF, v. 4, n. 4, p. 10-13, maio 2007.
140. CAVALARI, Cláudia. Uso da máquina estatal para fins eleitorais pelos agentes públicos: inconstitucionalidade da autorização do inc. II do art. 73 da Lei 9.504/97. **Juris**, Aracaju, v. 8, n. 6, p. 39-50, jul./ago. 2002.
141. CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Curto-circuito no STF: repriminção “às avessas” das duas “cláusulas de barreira” da transição (ADIs n. 1.351 e 1.354). **Revista L&C: Revista de Licitações e Contratos**, Brasília, DF, v. 10, n. 1/2, p. 9-32, jan./dez. 2006.
142. CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. O Poder Judiciário e as Eleições 2008: financiamento público de campanha e o julgamento da “ADI dos créditos extraordinários”. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, DF, v. 12, n. 274, p. 27-30, jun. 2008.
143. CINTRA, Antônio Octavio; AMORIM, Miriam Campelo de Melo. Listas preordenadas e financiamento público: prós e contras. **Tema em Debate**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/19cEfAk>>. Acesso em: 2 set. 2013.
144. CIRNE, Mariana Barbosa. Fundo Partidário: a constitucionalidade da divisão proporcional e limitada de recursos públicos. **Revista Jurídica**, Brasília, DF, v. 9, n. 89, p. 1-22, jan./mar. 2008.
145. COSTA, Adriano Soares da. Comentários à Lei nº 11.300/2006. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 11, n. 1.107, 13 jul. 2006.

146. COSTA, Benedito Antonio da. Considerações sobre o financiamento público de campanha. Cuiabá: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso. **Revista de Julgados** [do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso], Cuiabá, 6, jan./dez. 2010/2011.
147. COSTA, Humberto. Democracia com D maiúsculo. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 24, n. 95, p. 18-20, mar./abr. 2011.
148. COSTA, Tito. Financiamento eleitoral sem transparência. **Revista Informativo Eleitoral** [do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul], Campo Grande, v. 22, p. 27-29, 2010.
149. D'ALMEIDA, Noely Manfredini. Financiamento de partidos e campanhas no mundo. **Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral**, São Paulo, v. 14, n. 46, p. 19-25, abr./jun. 2000. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 39, p. 31-38, jan./mar. 2001. Disponível em: <<http://bit.ly/17whebH>>. Acesso em: 13 set. 2013.
150. D'ALMEIDA, Noely Manfredini. Financiamento político de campanhas e partidos: a experiência mundial sobre prestação de contas. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 57, p. 23-39, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/13XdWh1>>. Acesso em: 13 set. 2013.
151. DECOMAIN, Pedro Roberto. Influência do poder econômico e financiamento público de campanhas eleitorais. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, v. 13, p. 13-29, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/13XoOf2>>. Acesso em: 13 set. 2013.
152. DENARDI JÚNIOR, Adriano. Financiamento de campanhas eleitorais e soberania popular: como o poder econômico afeta o livre exercício do voto e ameaça retirar do povo o exercício do poder que lhe é constitucionalmente assegurado. **Revista de Doutrina e Jurisprudência**, [Belo Horizonte], n. 24, p. 9-14, 2011.
153. DOTTI, René Ariel (Relator). Anteprojeto de lei que dispõe sobre incentivos fiscais para doações a partidos políticos e candidatos. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 115-118, jan./abr. 2006.
154. ESCOFFERY, Eduardo Valdés. La reforma electoral panameña de 1997. **Boletín Electoral Latinoamericano**, São José, Costa Rica, n. 23, p. 125-138, jan./jun. 2000.
155. FERNANDES, Lília Maria da Cunha. Minirreforma eleitoral: considerações sobre a Lei n. 11.300, de 10.5.2006, nas prestações de contas das campanhas eleitorais. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, Palmas, v. 1, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2007.
156. FERREIRA, Lara Marina. O financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais no contexto da reforma política. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 91-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1dbhMGf>>. Acesso em: 13 set. 2013.
157. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Reforma política: notas de cautela sobre os efeitos de escolhas institucionais. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. **Plenarium**, Brasília, DF, v. 4, n. 4, p. 50-58, maio 2007.
158. FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Gastos eleitorais: os determinantes das eleições? Estimando a influência dos gastos de campanha nas eleições de 2002. **Revista Urutágua (On-line)**, Maringá, PR, v. 8, p. 1-10, 2005. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/008/08pol_figueiredo.htm>. Acesso em: 2 set. 2013.
159. FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Regulação eleitoral e financiamento de campanha: uma breve revisão teórica. **Revista Três Pontos (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 2, p. 63-70, 2005.

160. FLEISCHER, David. Análise política das perspectivas da reforma política no Brasil, 2005-2006. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 13-38, set. 2005.
161. FLEISCHER, David V. Reforma política no Brasil: uma história sem fim. **Revista do Curso de Direito** [Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF)], Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2004.
162. FRANÇA JÚNIOR, Fausto F. de. Dos princípios norteadores das prestações de contas eleitorais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2.371, 28 dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14084>>. Acesso em: 2 set. 2013.
163. FRANCISCO NETO, João. O sistema eleitoral norte-americano e a eleição presidencial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1.879, 23 ago. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11640>>. Acesso em: 2 set. 2013.
164. FREITAS, Adrian Soares Amorim de. Os financiamentos de campanhas e o art. 30 da Lei nº 9.504/97. **Revista Eleições & Cidadania** [do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí], Teresina, v. 3, n. 3, p. 39-55, jan./dez. 2011.
165. FRUET, Gustavo. “Não” ao vale-tudo na política. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 53/54, p. 47-54, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/15qgTba>>. Acesso em: 13 set. 2013.
166. GANHO, Luciano Giambarresi. A disputabilidade e o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil: uma análise perante a teoria neorrepublicana. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 8, n. 2, p. 53-70, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/15hkqKZ>>. Acesso em: 13 set. 2013.
167. GARRIDO, Cibele Maria Figueiredo. Reforma política, partidária e eleitoral. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, Recife, v. 7, n. 1, p. 89-100, dez. 2006.
168. GOMES, Suzana de Camargo. Do financiamento das campanhas eleitorais. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006.
169. GOUVEIA, Jorge Bacelar. Partidos políticos. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 40, p. 49-62, abr./jun. 2001.
170. GRAJEW, Oded. O financiamento de campanhas e as empresas. **Informativo Eleitoral** [do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul], Campo Grande, v. 15, p. 22-32, 2003.
171. HAEFLIGER, Rejane Teresinha. Prestação de contas de campanha: importante ferramenta para a transparência das eleições. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2008.
172. H. CORCUERA, Santiago. El control del financiamiento partidario en la primera aplicación de la Ley 25.600. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 52, maio/jun. 2004.
173. IANONI, Marcos. Lista fechada e financiamento público funcionam? **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 24, n. 95, p. 21-24, mar./abr. 2011.
174. ISSACHAROFF, Samuel. On political corruption. *Harvard Law Review*, Massachusetts, EUA, v. 124, n. 1, p. 118-142, nov. 2010.
175. JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. **The American Political Science Review**, Washington, DC, v. 72, n. 2, p. 469-491, jun. 1978. Disponível em: <<http://bit.ly/1cGjC1w>>. Acesso em: 4 set. 2013.

176. JARDIM, Torquato. A regulamentação legal dos partidos políticos no Brasil. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 52, p. 39-56, maio/jun. 2004.
177. JUICA ARCANCIBIA, Milton. Sistema Electoral Chileno, Ley n. 19.884: transparencia, límite y control del gasto electoral 12. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 52, p. 27-38, maio/jun. 2004.
178. LAVAREDA, Antonio. O financiamento da atividade partidário-eleitoral: atitudes do eleitorado. **Síntese: nova fase**, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, p. 47-57, jan./mar. 1990.
179. LEMOS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 366-393, nov. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1e04xvH>>. Acesso em: 6 set. 2013.
180. LIMA, Edmo D’El-Rei. Financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2.090, 22 mar. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/15IYiZW>>. Acesso em: 2 set. 2013.
181. LIMA, Sídia Maria Porto. O controle jurídico da movimentação de recursos nas campanhas eleitorais: uma preocupação mundial. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, Recife, v. 5, n. 1, p. 29-46, 2004.
182. LIMA, Sídia Maria Porto. Prestação de contas de campanha eleitoral: Lei n° 9.504/97 e Resolução n° 20.112/98. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, Recife, v. 3, n. 1, p. 40-54, 1999.
183. LIMONGI, Fernando. Reforma política: verdades e sofismas. **Rumos**, Brasília, DF, v. 29, n. 222, p. 4-8, jul./ago. 2005.
184. MANCUSO, W. P.; FERRAZ, A. S. As distorções do financiamento de campanhas. **Fórum**, [Porto Alegre], v. 108, p. 1, 2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/06/as-distorcoes-do-financiamento-de-campanhas/>>. Acesso em: 4 set. 2013.
185. MANFREDINI, Noely. Financiamento político de campanhas e partidos: a experiência mundial sobre a prestação de contas. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 57, p. 23-39, jul./set. 2005.
186. MARENCO, André. Quando leis não produzem os resultados esperados: financiamento eleitoral em perspectiva comparada. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 821-853, 2010.
187. MARINHO, Samuel Carvalho. Participações societárias e fontes de financiamento de campanha vedadas pela legislação eleitoral. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Pará**, Belém, v. 1, n. 3, p. 31-34, jan./abr. 2010.
188. MELLO, Marco Aurélio. O Estado democrático de direito e as minorias. *Revista Eleições & Cidadania [do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí]*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 11-24, dez. 2009.
189. MELLO, Marco Aurélio. Voto do Ministro Marco Aurélio na Cta n. 1.398. **Estudos Eleitorais [do Tribunal Superior Eleitoral]**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 105-107, jan./abr. 2008.
190. MENDES NETO, Péricles D’Ávila. Financiamento de campanha e fonte vedada: a controvérsia em relação ao alcance da proibição de doação eleitoral indireta. Brasília: TSE, 2013. **Estudos Eleitorais [do Tribunal Superior Eleitoral]**, Brasília, DF, v. 7, n. 3,

p. 77-105, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/127CtBO>>. Acesso em: 13 set. 2013.

191. MONTEIRO, Jorge Vianna. A pressão pelo crescimento: desonerações & reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 161-175, jan./fev. 2007.

192. MONTEIRO, Jorge Vianna. O lado escuro da escolha pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 585-596, maio/jun. 2007.

193. MOTA, Aroldo. Financiamentos de partidos nas campanhas eleitorais: receitas e limites de gastos. Legislação eleitoral pertinente. **Suffragium** [do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará], Fortaleza, v. 23, n. 256, p. 35-38, jan./fev. 2002.

194. NICOLAU, Jairo. Para reformar o financiamento de campanhas no Brasil. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 8-12, dez. 2007.

195. NORONHA, Sílvia. O Brasil amarrado. **Rumos**, Brasília, DF, v. 30, n. 223, p. 26-33, set./out. 2005.

196. NORONHA, Sílvia. Democracia, o Brasil precisa votar nela. **Rumos**, Brasília, DF, v. 29, n. 217, p. 26-33, set./out. 2004.

197. ORZARI, Octavio Augusto da Silva. O financiamento público de campanhas na Câmara dos Deputados. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 8, n. 2, p. 71-90, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/15hkqKZ>>. Acesso em: 13 set. 2013.

198. OTONI, Rubens. Por que voto em lista preordenada. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 24, n. 95, p. 17-18, mar./abr. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/17v6drE>>. Acesso em: 2 set. 2013.

199. PEIXOTO, Vitor de Moraes. Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. **Perspectivas: revista de Ciências Sociais**, Araraquara, SP, v. 35, p. 91-116, jan./jun. 2009.

200. PILDES, Richard H. The Constitutionalization of democratic politics. **Harvard Law Review**, Massachusetts, EUA, v. 118, n. 1, p. 29-154, nov. 2004.

201. PINHEIRO, Zelinda Maria Albuquerque. Medidas adotadas pela Justiça Eleitoral para coibir o abuso de poder econômico em financiamentos de campanhas eleitorais em Alagoas (2008). **Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 57-91, jan./jul. 2009.

202. PIRES, Márcio Rodrigo Kaio Carvalho. Reforma política: a questão do financiamento público das campanhas eleitorais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2.423, 18 fev. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/15t7Bgz>>. Acesso em: 2 set. 2013.

203. PORTO, Walter Costa. O TSE e a reforma eleitoral-partidária. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 41-44, jan./abr. 2006.

204. PROBST, Marcos Fey. Reflexões acerca da distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios em ano eleitoral. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1.759, 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11194>>. Acesso em: 2 set. 2013.

205. QUINTELLA, Sergio F. O panorama político brasileiro. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 608, p. 45-53, nov. 2005.

206. QUINTELLA, Sergio F. Um enigma dentro de um mistério: a reforma política. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 631, p. 72-78, out. 2007.
207. RABAT, Márcio Nuno. Mais política e menos reforma política. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 53/54, p. 67-74, jul./dez. 2004.
208. REIS, Bruno P. W. O presidencialismo de coalizão sob pressão: da formação de maiorias democráticas à formação democrática de maiorias. **Plenarium**, Brasília, DF, v. 4, n. 4, p. 80-103, maio 2007.
209. RIAL, Juan. O dinheiro e as organizações políticas: regulações e realidade na América Latina. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 95-122, set. 2005.
210. RODRIGUES, Luiz Fernando. Aspectos legais e contábeis da prestação de contas eleitorais para as eleições de 2012: uma análise empírica à luz da legislação vigente. **RBC: Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, v. 42, n. 199, p. 62-75, jan./fev. 2012.
211. ROLLO, Alberto. A atual reforma política. A lista fechada, o financiamento público de campanha e a “janela da infidelidade”. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2.171, 11 jun. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12960>>. Acesso em: 2 set. 2013.
212. RUBIO, D. F. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos *versus* fundos privados. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 73, p. 6-16, nov. 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/15Qai9w>>. Acesso em: 2 set. 2013.
213. SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.
214. SALGADO, Eneida Desiree. Abuso do poder econômico e financiamento das campanhas eleitorais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 53, 1 jan. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2525>>. Acesso em: 2 set. 2013.
215. SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. **Suffragium**, [Fortaleza], v. 3, n. 4, p. 11-28, jan./jun. 2007.
216. SANTANA, Jair Eduardo. Financiamento das campanhas eleitorais e prestação de contas. **Direito Eleitoral Resumido**, Belo Horizonte, p. 161-167, 2000.
217. SANTANO, Ana Cláudia. O procedimento para o financiamento de campanhas eleitorais e a problemática da prestação de contas dos recursos utilizados. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 836, 17 out. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7435>>. Acesso em: 2 set. 2013.
218. SANTANO, Ana Cláudia. Os procedimentos para o financiamento de campanhas eleitorais e a problemática da prestação de contas dos recursos utilizados. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 52, p. 69-79, maio/jun. 2004.
219. SANTOS, Antônio Augusto Mayer dos. Suplência de senador. Interesse Público, Porto Alegre, n. 65, p. 111-113, jan./fev. 2011; **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 73, p. 77-94, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/36848>>. Acesso em: 2 set. 2013.
220. SANTOS, Eurico A. Gonzalez Cursino dos. Comentários ao PL 2.679/2003, da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 41, n. 161, p. 15-21 jan./mar. 2004.

221. SANTOS, Fernando José dos. Sistema político eleitoral brasileiro: voto eletrônico e sua introdução no Brasil. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 48, p. 13-26, abr./jun. 2003.
222. SANTOS NETO, Alex dos; SANTOS, Polliana Pereira dos. Um estudo sobre a representação por doação irregular de campanha sob o prisma da competência. **Revista de Doutrina e Jurisprudência** [do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais], Belo Horizonte, n. 25, p. 44-61, 2012.
223. SCHEFFER, Mário; BAHIA, Lígia. Representação política e interesses particulares na saúde: o caso do financiamento de campanhas eleitorais pelas empresas de planos de saúde privados no Brasil. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Botucatu, SP, v. 15, n. 38, jul./set. 2011.
224. SCHETTINI, Francisco de Paula. Financiamento dos partidos políticos com recursos públicos. **Cadernos Aslegis**, Brasília, DF, v. 6, n. 17, p. 35-40, mar./ago. 2002.
225. SCHLICKMANN, Denise Goulart; LÜBKE, Heloísa Helena Bastos Silva. Financiamento de campanhas eleitorais: avaliação das proposições apresentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral ao Congresso Nacional. **Resenha Eleitoral**: revista eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, nova série, Florianópolis, v. 15, p. 129-150, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/14MXxi0>>. Acesso em: 13 set. 2013.
226. SILVA, Cleber de Deus Pereira da; FREITAS, Rosalina Ferreira. O financiamento de campanhas eleitorais no Estado do Piauí em 2010: quem bancou quem na campanha de governador. **Revista Eleições & Cidadania** [do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí], Teresina, v. 3, n. 3, p. 151-166, jan./dez. 2011.
227. SILVA, Fernando Neves da. Financiamento de campanha política e corrupção eleitoral. **Consulex**: revista jurídica, Brasília, DF, v. 7, n. 144, p. 36-40, jan. 2003.
228. SILVA, Márcio Luiz. Nexos entre financiamento público e sistema de listas fechadas no contexto da evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 85-96, maio/ago. 2012.
229. SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. A evolução da regulação do financiamento de campanha no Brasil (1945-2006). **Resenha Eleitoral**: revista eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Florianópolis, n. 3, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/19CleYU>>. Acesso em 16 ago. 2013.
230. SOUZA, Flávio Pimenta de. Effective policies and legal strategies for fighting political corruption in the funding of political parties and election campaigns in Brazil: empowering the ordinary citizen, preventing conflicts of interest reaching congressional investigations. **Revista IIDH**, San Jose, Costa Rica, n. 42, p. 349-376, jul./dez. 2005.
231. SPECK, Bruno Wilhelm. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 123-159, set. 2005.
232. STARLING, Sandra. A reforma política desejável. **Plenarium**, Brasília, DF, v. 4, n. 4, p. 30-37, maio 2007.
233. TEIXEIRA, Paulo. Reforma política: o que está em jogo. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 24, n. 95, p. 11-13, mar./abr. 2011.
234. TEIXEIRA, Paulo. Reforma política, mais democracia, mais cidadania. **Estudos Eleitorais** [do Tribunal Superior Eleitoral], Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 133-141, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1dbhMGf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

235. TOZZI, Leonel. Discurso por ocasião da cerimônia comemorativa dos 60 anos de Justiça Eleitoral no Brasil. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 21-26, jan./jun. 2005.
236. TRINDADE, Fernando. Financiamento eleitoral e pluralismo político. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 41, n. 161, p. 47-57, jan./mar. 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1e7Av6Y>>. Acesso em: 2 set. 2013.
237. VASCONCELOS FILHO, Hélio Parente de. A utilização da Internet à luz da nova Lei Eleitoral. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 107-124, jan./jun. 2010.
238. VELLOSO, Carlos. Campanha eleitoral: financiamento. Entrevista com o Min. Carlos Velloso. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Pará**, Belém, v. 1, n. 3, p. 6-7, jan./abr. 2010.
239. WALDSCHMIDT, Hardy. Breves notas sobre a minirreforma eleitoral de 2009. **Informativo Eleitoral** [do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul], Campina Grande, v. 20, p. 43-49, 2008.
240. WOLDENBERG, Ricardo Becerra y José. México: el ciclo de sus reformas electorales (1977-1996). **Boletín Electoral Latinoamericano**, São José, Costa Rica, n. 23, p. 113-124, jan./jun. 2000.
241. ZOVATTO G., Daniel. Estudio comparado de las características jurídicas y prácticas del financiamiento de los partidos políticos y las campañas electorales en América Latina. **Paraná Eleitoral**, Curitiba, n. 37, p. 97-138, jul./set. 2000.
242. ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287-336, out. 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/1a0lrUR>>. Acesso em: 2 set. 2013.

3.3. DVDs e CDs

243. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor**: programa 447. Realização: Fundação José de Paiva Netto e Tribunal Superior Eleitoral. 2012. 1 DVD (24min, 27s), son., color.; 4 3/4 pol. [Informa como é feita a manutenção dos diretórios de um partido político e qual a proveniência dos recursos financeiros para pagar os gastos com água, luz, aluguéis de carros e todos os custos de uma campanha eleitoral. Mostra quais são as formas de financiamento de campanhas, bem como as normas e a legislação que regula o fundo de manutenção partidária no Brasil. Todas as informações sobre a movimentação financeira dos partidos políticos estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O programa mostra as divergências acerca do voto do analfabeto, um direito que só foi conquistado pelo cidadão iletrado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. (00:07:05-00:15:30)].
244. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor**: programa 393. Realização: TV Cultura e Justiça Eleitoral. 1 DVD (27min), son., color.; 4 3/4 pol. [No quadro “Você e a política”, explica como funciona o sistema de financiamento das campanhas eleitorais. Os partidos e as coligações precisam comunicar aos tribunais regionais os valores máximos de gastos que farão por cargo eletivo a que concorrerem. O limite de doação de pessoas físicas é de 10% do rendimento bruto anual e de pessoas jurídicas é de 2%. No caso de descumprimento das normas, partido e candidato ficam sujeitos a pagar multa de 5 vezes o valor excedido, além disso o partido fica sem receber a cota do Fundo Partidário do ano seguinte, o candidato pode ter o registro de candidatura cancelado e se eleito pode ter o mandato cassado. (00:01:15-00:06:56)].

245. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor**: programa 370. Realização: Hattem Produções Cinematográficas; coordenação: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do Tribunal Superior Eleitoral. 2011. 1 DVD (25min, 49s), son., color.; 4 3/4 pol. [Discorre brevemente sobre o *Código Eleitoral brasileiro* e aborda assuntos referentes a reforma política. Notifica alguns itens que serão discutidos na reforma política, com destaque para o financiamento público de campanhas. Eleitores comentam sobre as mudanças propostas. O ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Enrique Ricardo Lewandowski, declarou que as propostas para a reforma política vão acelerar os processos eleitorais. (00:13:30-00:17:16)].

246. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor**: programa 315. Realização: Hattem Produções Cinematográficas e Justiça Eleitoral; coordenação: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do Tribunal Superior Eleitoral. 2010. 1 DVD (25min.), son., color.; 4 3/4 pol. [Apresenta as regras previstas na legislação sobre financiamento de campanhas eleitorais e explica a diferença entre financiamento público e privado. (00:14:24-00:17:37)].

247. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor**: programa 174. Realização: TV Cultura e Justiça Eleitoral; coordenação: Tribunal Superior Eleitoral. 2007. 1 DVD (25min, 1s), son., color.; 4 3/4 pol. [Comentários sobre a importância do Fundo Partidário para a disseminação da ideia de cada partido político. Dalírio José Beber, presidente (PSDB/SC), discorre sobre as competências de um partido para a formação política de seus filiados. Explicação a respeito do Instituto Teotônio Vilela pertencente ao PSDB. Explicação de como funciona o Fundo Partidário. Renata Silva Rocha, chefe da Seção de Contabilidade (TRE/SC), aborda a utilização da verba pelos partidos. Alfredo Kelper, diretor do Instituto Teotônio Vilela (SC), e Pedro Uczai, deputado estadual (PT/SC), falam sobre as necessidades dos filiados e sobre a importância das publicações dos institutos e das fundações. (00:01:20-00:06:10)].

248. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor**: programa 146. Realização: TV Cultura e Justiça Eleitoral; coordenação: Tribunal Superior Eleitoral. 2007. 1 DVD (26min, 46s), son., color.; 4 3/4 pol. [Informações sobre a divisão de recursos do Fundo Partidário. Explica os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários, e demonstra os partidos que serão beneficiados. Francisco Cesar Asfor Rocha, ministro do TSE, fala da divisão igualitária do fundo. João Evangelista, cientista político, comenta sobre a necessidade de reforma do Fundo Partidário. Geraldo Pinto, presidente do diretório estadual (PT/RN), e Antenor Roberto, presidente estadual (PCdoB/RN), explicam como os respectivos partidos utilizam o fundo. (00:01:04-00:04:50)].

249. BRASIL ELEITOR (programa de televisão). **Brasil Eleitor**: programa 74. Realização: TV Cultura e Justiça Eleitoral. 2005. 1 fita de vídeo (26min, 9s), VHS, son., color.; 1/2 pol. [Versa sobre o financiamento público de campanhas, alvo de divergências, que voltou a ser discutido em virtude da crise política e do caixa 2. Imagens do Congresso Nacional e de campanhas eleitorais nas ruas. Entrevista com o cientista político, Paulo D'Ávila, que apresenta argumentos favoráveis ao financiamento e diz que a redução de gastos de campanha exigirá a colaboração de todos. O cientista político, Marcos Figueiredo, apresenta os argumentos contra o financiamento, dentre eles a não garantia de ausência do caixa 2. (00:32:26-00:36:18)].

3.4. Teses e dissertações

250. AMORIM, Miriam Campelo de Melo. **Fundo Partidário**. Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1592>>. Acesso em: 2 set. 2013.

251. AZEVEDO, Edna Moura de. **Transparência da gestão pública: o caso dos recursos do Fundo Partidário**. 2008. 51 f. Monografia (Especialização em Gestão e Políticas Públicas) – Faculdade Boa Viagem-FBV, Recife, 2008.
252. BARROS, Antônio Teixeira de. **O argumento da representatividade em prol do financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais à luz do patrimonialismo**. 66 f. 2010. Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3968>>. Acesso em: 4 set. 2013.
253. BOURDOUKAN, Adla Youssef. **O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada**. 2009. 151 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1cGj1Z>>. Acesso em: 4 set. 2013.
254. CAMANDUCAIA, Nara de Souza Lopes e. **Multas eleitorais x Fundo Partidário: ficção ou realidade?**. 2006. 50 f. Monografia (Especialização) – Associação Nacional dos Magistrados Estaduais-Anamages/Unicentro Newton Paiva, 2006.
255. CAMPOS, Maria Isabel Moura. **Arrecadação de recursos nas campanhas eleitorais e as fontes vedadas do art. 24, III, Lei n. 9.504/97**. 2007. 75 f. Monografia (Especialização) – UNYAHNA, 2007.
256. CARVALHO, Teresinha de Jesus da Costa. **Financiamento de campanhas eleitorais e a problemática da prestação de contas dos recursos utilizados**. 2008. 16 f. Monografia (Especialização lato sensu em Direito Eleitoral) – Universidade Federal do Piauí, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Teresina, 2008.
257. CINTRA, Antônio Octávio. **A proposta de reforma política: prós e contras**. 2005. Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2122>>. Acesso em: 2 set. 2013.
258. ESTEVES, Paulo Sergio. **Financiamento da campanha eleitoral: histórico, atualidades e meios de fiscalização da influência do poder econômico nas campanhas eleitorais**. 2006. 48 p. Monografia (Conclusão de pós-graduação de Direito Eleitoral e Processo Eleitoral) – Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, 2006.
259. FERRAZ JÚNIOR, Vítor Emanuel Marchetti. **Poder Judiciário e competição política no Brasil: uma análise das decisões do TSE e do STF sobre as regras eleitorais**. 2008. 233 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
260. FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. **O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2009.
261. LIMA, Sídia Maria Porto. **Abuso de poder e controle das atividades econômicas de partidos e candidatos nas campanhas eleitorais: estudo da eficácia das normas que regem a arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas de campanha eleitoral no ordenamento jurídico brasileiro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
262. MARCELINO, Daniel. **Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/Y93am0>>. Acesso em: 4 set. 2013.

263. MENESES, Ana Célia e Silva. **A grande problemática das eleições**: financiamento das campanhas. 2008. 13 f. Artigo (Especialização *lato sensu* em Direito Eleitoral) – Universidade Federal do Piauí, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Teresina, 2008.
264. MORAES, Everaldo Corrêa de. **Reforma Política no Brasil**: análise das reformas propostas pelo Senado (1998) e pela Câmara dos Deputados. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/14jQVXY>>. Acesso em: 4 set. 2013.
265. OLIVEIRA, Gilberto Ataídes de. **Financiamento de campanhas eleitorais**: uma constante provocação à responsabilidade jurídica. 2006. 58 f. Monografia (Especialização *lato sensu* em Direito Constitucional Eleitoral) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
266. ORZARI, Octavio Augusto da Silva. **Financiamento público exclusivo de campanhas: debates no Congresso Nacional**. 2012. 74 f. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília, DF, 2012.
267. PENNA, Mônica Novais. **A questão do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil**. 2008. 18 f. Monografia (Especialização) – Faculdade Baiana de Ciências, 2008.
268. PEREIRA, Denis Urazato. **Financiamento público de campanha eleitoral e representação política**. 2008. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/382>>. Acesso em: 2 set. 2013.
269. PEREIRA, Fernanda Campos Ramos Ciribelli. **Financiamento de campanhas eleitorais**. 2010. 50 f. Monografia (Especialização) – Centro Universitário Claretiano, [Belo Horizonte], 2010.
270. PEREIRA, Rosângela de Fátima. **Financiamento público de campanha eleitoral**. 2013. 56 f. Monografia (Especialização) – AVM, Faculdade Integrada, [Belo Horizonte], 2013.
271. PESSÔA, Emanuel da Silva. **As regras atuais para financiamento de partidos políticos no Brasil**: finanças, contabilidade e prestação de contas à Justiça Eleitoral. 2009. 77 f. Monografia (Especialização em Análise Fiscal) – Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 2009.
272. PIRONI, Cristiane Rachel. **Igualdade política e financiamento de campanhas eleitorais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07052009-170520/pt-br.php>>. Acesso em: 4 set. 2013.
273. RABAT, Márcio Nuno. O financiamento de campanhas eleitorais no Brasil e a proposta de financiamento público exclusivo. 2011. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. **Biblioteca Digital da Câmara**. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6284>>. Acesso em: 4 set. 2013.
274. RABAT, Márcio Nuno. **Exemplos internacionais de financiamento público de juventudes partidárias**. 2011. Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8948>>. Acesso em: 4 set. 2013.
275. RAPOSO, Walter Schel Alves da Costa. **Financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais e voto em lista fechada**: instrumentos de fortalecimento dos partidos políticos ou retrocesso do sistema eleitoral brasileiro?. Teresina, 2008. 16 f. Monografia (Especialização *lato sensu* em Direito Eleitoral) – Universidade Federal do

Piauí, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Teresina, 2008.

276. REIS, Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos. **Financiamento da política no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1cGj1Z>>. Acesso em: 4 set. 2013.

277. RODRIGUES, Besalief de Oliveira. **Abuso do poder econômico no processo eleitoral**: Constituição Federal, art. 14, § 9º: a experiência do Amapá. 2000. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Amazônia, 2000.

278. ROMANEL, Sandra Regina. **Financiamento público de campanha eleitoral: é a melhor saída para combater o abuso do poder econômico nas disputas eleitorais?**. 2006. 71 f. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral e Direito Processual Eleitoral) – Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, 2006.

279. SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais estruturantes do Direito Eleitoral**. 2010. 345 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

280. SILVA, Cláudio Soares da. **Financiamento de campanhas eleitorais: público ou privado?**. 2008. 1 v. Monografia (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

281. SILVA, Donizeti Aparecido da. **O dilema da legitimidade na representação, emergente do financiamento de campanhas eleitorais, na perspectiva da teoria discursiva de J. Habermas**. 2006. 61 f. Monografia (Especialização em Direito Constitucional Eleitoral) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

282. SCHUK, Maria Elisabeth de Sousa Aguiar. **O financiamento de campanha sob a análise político-jurídica**. 2008. [17] f. Monografia (Especialização *lato sensu* em Direito Eleitoral) – Universidade Federal do Piauí, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Teresina, 2008.

283. SOUZA, Wdeson Pereira de. **O financiamento, a fiscalização e a legislação sobre campanhas eleitorais no Brasil**: [manuscrito] análise crítica do procedimento de prestações de contas eleitorais. 2006. 88 f. Monografia (Especialização em Auditoria Interna e Externa) – Centro Universitário do Distrito Federal ICAT/UnIDF, Brasília, DF, 2006.

284. SOUZA JÚNIOR, Jaime Lopes de. **O financiamento público das campanhas eleitorais: uma análise das propostas de reforma política que buscam mudar a forma de financiamento de campanhas eleitorais no Brasil**. Teresina, 2008. 47 f. Monografia (Especialização *lato sensu* em Direito Eleitoral) – Universidade Federal do Piauí, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Teresina, 2008.

3.5. Legislação e jurisprudência

285. BACKES, Ana Luiza. **Legislação sobre financiamento de partidos e de campanhas eleitorais no Brasil**, em perspectiva histórica. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <www.aslegis.org.br/images/pdfs/ciencia-politica-e-etc/111722.pdf>. Acesso em: 2 set. 2013.

286. BRASIL. **Constituição Federal, 1988, art. 17, § 3º**. Os partidos políticos têm direito a recursos do Fundo Partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei. In: Portal Legislação Constituição Federal, Senado Federal. Disponível

em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_17_.shtm>. Acesso em: 5 set. 2013.

287. BRASIL. **Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995.** Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm>. Acesso em: 5 set. 2013.

288. BRASIL. **Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

289. BRASIL. **Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006.** Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30.9.1997. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

290. BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009.** Altera as leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>. Acesso em: 16 set. 2013.

291. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.216, de 2 de março de 2010.** Dispõe sobre a arrecadação de recursos financeiros de campanha eleitoral por cartões de crédito. Disponível em: <<http://intranet.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes2010/arquivos/Res-23216.doc>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

292. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.217, de 2 de março de 2010.** Disponível em: <<http://intranet.tse.gov.br/unidades/sci/arquivos/r23217.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

293. FINANCIAMENTO de campanha. In: BRASIL. Congresso. Senado. **LexML. Jurisprudência.** Disponível em: <<http://bit.ly/17VuE3A>>. Acesso em: 6 set. 2013.

294. FINANCIAMENTO de campanha. In: Brasil. Congresso. Senado. **LexML. Legislação.** Disponível em: <<http://bit.ly/187fTHg>>. Acesso em: 6 set. 2013.

► 4. Sítios especializados na Internet

295. Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

“A Associação Brasileira de Ciência Política é uma referência para o debate e a pesquisa para a Ciência Política brasileira desde 1986. Sua organização efetiva deu-se dez anos depois, em 1996 e, desde então, tem agregado estudiosos de vários campos da Ciência Política no país e fora dele, acolhendo, nos seus encontros bianuais, trabalhos e reflexões em doze áreas temáticas. Atua em parceria com diversos institutos de pesquisa, fundações e agências de fomento, universidades e outras entidades, públicas e privadas, interessadas no intercâmbio acadêmico e profissional do Brasil e de outras partes do mundo. Desde 1998 realiza seus encontros nacionais de forma bienal”. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

296. Âmbito Jurídico

“Âmbito Jurídico é um dos mais tradicionais portais da Internet brasileira, além de ser o que contém mais informações e serviços à disposição dos seus usuários. Criado em março de 1998, a princípio como uma página pessoal, com a finalidade de divulgar e facilitar a pesquisa de doutrina e de informações jurídicas a profissionais e estudantes

do Direito, em pouco mais de um ano, se tornou um dos mais visitados portais jurídicos do país”. Disponível em: <<http://bit.ly/17VvY6G>>. Acesso em: 6 set. 2013.

297. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)

“Fundada em 1977, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), entidade de direito privado sem fins lucrativos, reúne mais de uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em Antropologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, de todo o Brasil. Diferentemente de outras associações científicas, a Anpocs é composta por sócios institucionais e não por pesquisadores individuais”. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=645&Itemid=59>. Acesso em: 4 set. 2013.

298. Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral “Professor Alysson Darowish Mitraud”

Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

299. Biblioteca Digital da USP

“A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo foi criada para disponibilizar na Internet o conhecimento produzido pelos trabalhos defendidos na Universidade de São Paulo, permitindo que as comunidades brasileira e internacional possam ter em mãos a versão digital completa das teses e dissertações. A Biblioteca Digital foi inaugurada em 2001 juntamente com o Portal do Conhecimento”. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 4 set. 2013.

300. Consultor Jurídico

“Criada em 1997, a revista eletrônica Consultor Jurídico é uma publicação independente sobre Direito e Justiça que se propõe a ser fonte de informação e pesquisa no trabalho, no estudo e na compreensão do sistema judicial. O público da Consultor Jurídico é composto por advogados, juízes, estudantes, jornalistas, professores, integrantes do Ministério Público, empresários e público em geral. Além da revista eletrônica, a equipe da Consultor Jurídico edita o Anuário da Justiça, que descreve em linguagem clara e didática as principais decisões judiciais dos tribunais superiores (STJ, TST, TSE, STM) e do STF”. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/areas/eleitoral>>. Acesso em: 2 set. 2013.

301. Direito Net

“Conteúdo jurídico exclusivo e atualizado para estudar para a faculdade, se preparar para concursos e agilizar seu trabalho no seu escritório de advocacia”. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/busca?palavras=financiamento+de+campanha>>. Acesso em: 5 set. 2013.

302. Eleição 2012

Disponível em: <<http://eleicao2012.net/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

303. E-Gov

“O portal reúne pesquisadores de mestrado e doutorado dos programas de Direito e de Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC, sob a coordenação dos professores Aires José Rover e Orides Mezzaroba. A partir de 2008 formaram-se várias parcerias em especial com a Universidade de Zaragoza, Espanha. Tem por objetivo principal consolidar o estudo e disseminação de trabalhos sobre governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento”. Disponível em: <<http://bit.ly/1amctGc>>. Acesso em: 5 set. 2013.

304. Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade)

“O Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade), criado em 1998, é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e sem cunho político-partidário, e tem por

finalidade, entre outras, estudar o Direito Eleitoral e partidário; promover e apoiar a realização de eventos científicos na área; propiciar e apoiar a pesquisa, estimulando a produção de escritos científicos de interesse do Direito Eleitoral e Partidário; zelar para o efetivo cumprimento dos princípios constitucionais relacionados com o Direito Eleitoral e Partidário, enquanto instrumento imprescindível para a realização e aperfeiçoamento do Estado democrático de direito”. Disponível em: <<http://ibrade.org/>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

305. Jus Navigandi

“Tradicional *site* jurídico da Internet brasileira. No ar desde 19 de novembro de 1996, é um dos *sites* pioneiros da Internet brasileira. É o mais antigo *site* jurídico privado brasileiro com atualização diária. Atualmente, faz parte do conteúdo do portal R7”. Disponível em: <<http://jus.com.br/busca?q=financiamento+de+campanha+eleitoral&qs=revista>>. Acesso em: 6 set. 2013.

306. Rede de Informação Legislativa e Jurídica do Senado Federal (LEXML)

“Portal especializado em informação jurídica e legislativa. Pretende-se reunir leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil”. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995-09-19;9096>>. Acesso em: 4 set. 2013.

307. Mundo Jurídico

Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/doutrina_resultado.asp?codigo=34>. Acesso em: 2 set. 2013.

308. Plataforma Lattes

“A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições em um único sistema de informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de Ciência, Tecnologia e Inovação”. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 6 set. 2013.

309. Portal Capes

“Uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, reúne conteúdo científico de alto nível disponível à comunidade acadêmico-científica brasileira”. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 6 set. 2013.

310. Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje)

“A Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) é composta por 28 bibliotecas distribuídas por todos os estados brasileiros e Distrito Federal. O projeto foi uma iniciativa da Coordenadoria de Biblioteca da Secretaria de Gestão da Informação do Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de compartilhar recursos humanos, bibliográficos, de informação e de informática entre as bibliotecas da Justiça Eleitoral”. Disponível em: <<http://bit.ly/GIbeMz>>. Acesso em: 4 set. 2013.

311. Scientific Electronic Library Online (SciELO)

“Estão disponíveis 551 periódicos de acesso gratuito na Internet publicados no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Portugal, Peru, Uruguai e Venezuela, cobrindo as áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Letras e Artes”. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 6 set. 2013.

312. Tribunal Superior Eleitoral. Jurisprudência

“Pesquisa Simultânea de Jurisprudência dos tribunais eleitorais”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/internet/jurisprudencia/index.htm>>. Acesso em: 6 set. 2013.

313. Tribunal Superior Eleitoral. Legislação Eleitoral

“Boletim Eleitoral, Coleção das Leis do Brasil, *Diário do Congresso Nacional, Diário da Justiça, Diário da Justiça Eletrônico do TSE, Diário Oficial*”. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/internet/legislacao/eleitoral.htm>>. Acesso em: 6 set. 2013.

314. Tribunal Superior Eleitoral. Temas selecionados

“A série *Jurisprudência do TSE: temas selecionados*, idealizada pela Coordenadoria de Jurisprudência, objetiva ser uma fonte atualizada de consulta às decisões do Tribunal Superior Eleitoral, disponível apenas em versão eletrônica, no sítio do Tribunal”. Disponível em: <<http://temasselecionados.tse.jus.br/>>. Acesso em: 6 set. 2013.

► 5. Especialistas

315. Antonio Octávio Cintra

Doutor em Ciência Política pelo Massachusetts Institute Of Technology (1983). Atualmente é consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Tem experiência na área de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento governamental, planejamento urbano, políticas públicas, sistemas eleitorais, sistemas de governo, instituições políticas e reforma política. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 6 set. 2013.

316. Bruno Wilhelm Speck

Atualmente é professor doutor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em partidos políticos, financiamento de partidos e eleições, instituições de controle, participação e controle pela sociedade civil e corrupção e boa governança. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 6 set. 2013.

317. Dalson Britto Figueiredo Filho

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e *visiting scholar at* William and Mitchell College of Law (Minnesota, Saint Paul, EUA). Pesquisador visitante da University of Wisconsin (Madison, 2009) e mestre em Ciência Política (UFPE, 2009). Bacharel em Ciências Sociais (UFPE, 2005) com graduação sanduíche pela University of Texas (Austin, 2003). Atua nas seguintes áreas: financiamento de campanha, estudos legislativos e métodos quantitativos. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 6 set. 2013.

318. Cristiane Rachel Pironi

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2002) e mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (2009), com curso de extensão em Responsabilidade Social Empresarial e Terceiro Setor pelo CEATS/FIA. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em democracia, teoria da Justiça, financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais e políticas sociais. *Link* para a dissertação de mestrado: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07052009-170520/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

319. Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos Reis

Bacharel, mestre e doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Professor monitor, na mesma faculdade, do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE) nas matérias de Direito Constitucional I, Direito Constitucional II, Direito Constitucional Estadual, Direitos Fundamentais e Sistemas Políticos e Eleitorais. Pós-graduado (especialização) em *Marketing* Político e Propaganda Eleitoral pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Ba-

charel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 6 set. 2013.

320. Sídia Maria Porto Lima

Especialista em Direito Constitucional e Administrativo (2001), mestre em Direito (2003) e doutora em Ciência Política (2011) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Diretora da Subsecretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e analista judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3853144361676681>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

321. Wagner Pralon Mancuso

Especialista em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2000) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professor doutor, nível 2, da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: grupos de interesse e de pressão, *lobby*, ação política empresarial, financiamento político e análise do processo decisório. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Categoria 2 (março 2009 – março 2012). Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=27A26EA1B702>>. Acesso em: 4 set. 2013.

6. Congressos, seminários e cursos

322. ALMEIDA, Israel. Financiamento público de campanhas eleitorais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ELEITORAL, 1., 2008, Salvador, BA.

323. ANGÉLICO, Fabiano; MICHENER, Gregory. Divergências nas estratégias de regulamentação do financiamento político: o caso da transparência pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. Disponível em: <<http://bit.ly/13ee2Rf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

324. BRAGA, M. S. S.; BORGES, D. P. T. Organização e poder nos partidos políticos brasileiros. 2008. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., Unicamp, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2290/1858>>. Acesso em: 2 set. 2013.

325. BORGES, Tiago Daher Padovezi. Os partidos políticos e o financiamento empresarial das campanhas legislativas para a Câmara dos Deputados: um estudo sobre as doações empresariais e as carreiras nas eleições de 2006. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. Disponível em: <<http://bit.ly/13XdWh1>>. Acesso em: 13 set. 2013.

326. CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO ELEITORAL, 2., 23 a 25 de abril de 2014, Porto Alegre, RS.

327. ENCONTRO DA ABCP, 8., 2012, Gramado, RS. Disponível em: <<http://www.abc2012.sinteseeventos.com.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

328. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia, SP. **Financiamento político no Brasil: o impacto do dinheiro sobre partidos, eleições, candidatos e representantes.** Coordenadores: Emerson Cervi (UFPR), Mauro Macedo Campos (UENF). Disponível em: <<http://bit.ly/1cGDf9P>>. Acesso em: 4 set. 2013.

329. FIGUEIREDO FILHO, Dolson Brito; MELO, Natália Maria Leitão de. Financiamento de campanha em perspectiva comparada: uma análise exploratória. In: CONCURSO DE MONOGRAFIAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: Direito Eleitoral e os desafios

de sua concretização, 1., 2012, Brasília, DF. Organização: Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE). Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2012. p. 197-237.

330. FREITAS, Rosalina Ferreira; Cleber de Deus. Financiamento de campanhas eleitorais no Estado do Piauí para governador em 2006 e 2010. In: ENCONTRO ABCP: Associação Brasileira de Ciência Política, 8., Gramado, RS, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/17mg3fA>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

331. FREITAS, Rosalina Ferreira; SILVA, Cleber de Deus Pereira. **O financiamento político nos entes subfederados: os casos do Piauí e Maranhão em 2010 e 2012.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia, SP.

332. JUNCKES, Ivan Jairo et al. Análise de redes sociais e financiamento de campanhas eleitorais no Brasil. In: ENCONTRO ABCP: Associação Brasileira de Ciência Política, 8., Gramado, RS, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1938cCl>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

333. LEWANDOWSKI, Ricardo. Financiamento e gastos de campanha: fontes e limites. In: XXI CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS, 21., 2012, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, Ordem dos Advogados do Brasil, 2012. p. 169-173.

334. MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. In: ENCONTRO ABCP: Associação Brasileira de Ciência Política, 8., Gramado, RS, 2012. Texto em PDF. Disponível em: <<http://bit.ly/1936Rfp>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

335. MANCUSO, W. P. Financiamento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado, RS.

336. SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. Empresas e segmentos econômicos: uma proposta para mensurar impacto e valor esperado de doações empresariais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia, SP.

337. SILVA, Clarissa Benatti. Custo do voto: uma análise para candidatos ao cargo de deputado estadual e distrital nas eleições de 2010. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia, SP.

338. SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., Águas de Lindóia, SP, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7985&Itemid=76>. Acesso em: 4 set. 2013.

339. TEIXEIRA, Rodolfo Marcílio. Financiamento exclusivamente público de campanhas: desafios para a reforma política no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia, SP.

340. VERSIANI, Arnaldo. Financiamento e gastos de campanha: fontes e limites. In: XXI CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS, 21., 2012, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, Ordem dos Advogados do Brasil, 2012. p. 175-181.

7. Blogs

341. **Blog do Estadão de Dados.** Disponível em: <<http://blog.estadaodados.com/tag/financiamento-de-campanha/>>. Acesso em: 5 set. 2013.

342. **Blog do Rovai**. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/07/23/prioridade-sera-acabar-com-financiamento-de-empresas-nas-campanhas-diz-berzoini/>>. Acesso em: 5 set. 2013.
343. **Blog do Tarso**. Disponível em: <<http://blogdotarso.com/2013/07/28/66-dos-leitores-do-blog-do-tarso-querem-financiamento-publico-de-campanha/>>. Acesso em: 5 set. 2013.
344. **Blog Luis Nassif Online**. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-pesquisa-ibope-sobre-o-financiamento-de-campanha>>. Acesso em: 5 set. 2013.
345. **Blog Eleitoral**. Disponível em: <<http://adrianosoares.com.br/blogs/>>. Acesso em: 6 set. 2013.



Esta obra foi composta na fonte de texto ITC Stone Sans, corpo 9, entrelinhas de 10,8 pontos, e fonte de títulos Helvetica Neue Lt Medium Condensed, corpo 16, entrelinhas de 19,2 pontos, em papel AP 75g/m² (miolo) e papel AP 180g/m² (capa).